Reivindicando Classe e Raça no Modelo de Lewis: racismo e subdesenvolvimento no Caribe e no Brasil no início do século XX.

André Torres[1]

Resumo

Este artigo busca analisar a relação entre racismo e subdesenvolvimento no Brasil pós-abolição (1888), recorrendo para isso ao Pioneiro do Desenvolvimento afro-caribenho Arthur Lewis, um autor essencial para entendê-la. Metodologicamente, trata-se de um trabalho de História Econômica e História do Pensamento Econômico. Primeiro, resgatamos a Economia Política de seu modelo de dualismo econômico original, formulado em *Economic Development with Unlimited Supplies of Labor* (1954), destacando o conflito de classe pelo excedente econômico; em seguida, reinterpretamos o modelo à luz da perspectiva racial de *Labour in the West Indies: The Birth of a Workers' Movement* (1939), que identifica a supremacia branca como traço político definidor da economia caribenha; por fim, aplicamos essa abordagem ao Brasil das primeiras décadas do século XX, especificamente ao processo de embranquecimento da classe trabalhadora. Concluímos que a síntese neoclássica suprimiu a centralidade da raça no pensamento econômico de Lewis, e que reverter esse apagamento contribui para compreender o antirracismo como motor do desenvolvimento de países periféricos, sobretudo ex-colônias do Atlântico Negro.

Abstract

This article analyzes the relationship between racism and underdevelopment in post-abolition Brazil (1888), drawing on the Afro-Caribbean Pioneer of Development Arthur Lewis, an essential author for understanding this relationship. Methodologically, it is a work in Economic History and History of Economic Thought. First, it recovers the Political Economy of his original dual economy model, formulated in Economic Development with Unlimited Supplies of Labor (1954), highlighting class conflict over the economic surplus; it then reinterprets the model in light of the racial perspective of Labour in the West Indies: The Birth of a Workers' Movement (1939), which identifies white supremacy as the defining political feature of the Caribbean economy; finally, it applies this approach

[1] Doutorando no Programa de Pós-graduação em Economia Política Mundial (PPG-EPM) na Universidade Federal do ABC (UFABC). O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2023/14449-1.

to Brazil in the early decades of the twentieth century, specifically to the whitening of the working class. It concludes that the neoclassical synthesis suppressed the centrality of race in Lewis's economic thought, and that reversing this erasure helps to understand anti-racism as a driver of development in peripheral countries, especially former colonies of the Black Atlantic.

Palavras-chave

Economia do Desenvolvimento; Subdesenvolvimento; Racismo; Modelo de Lewis; América Latina e Caribe.

1. Introdução

A literatura acadêmica sobre o modelo teórico de dualismo econômico de Lewis fala por si própria: mesmo setenta anos depois de sua criação, o renomado Modelo de Lewis permanece uma referência quase onipresente nos debates sobre desenvolvimento econômico (Kofi, 1980; Gollin, 2014)[2], sendo aprendido, ensinado e aplicado por gerações de economistas em pós-graduações e centros de pesquisa do mundo inteiro, até mesmo ortodoxos (Gollin, 2014). Ocorre, porém, que aquilo que se convencionou chamar de "Modelo de Lewis" refere-se muito mais a derivações da sua formalização neoclássica, consolidada por Ranis e Fei (1961), do que ao formulado por W. Arthur Lewis em 1954 em *Economic Development with Unlimited Supplies of Labor* (Figueroa, 2004), apesar desse artigo ser por muitos "widely regarded as the single most influential contribution to the establishment of development economics as an academic discipline" (Kirkpatrick & Barrientos, 2004, p. 679). Ao falar tão eloquentemente em nome do modelo e do seu autor, tamanha literatura acaba por reproduzir premissas, perspectivas e conclusões diferentes, e até distorcidas, das pretendidas por Lewis, sobretudo aquelas baseadas na Economia Política Clássica. O principal exemplo da redução do modelo analítico para sua versão neoclássica de transformação setorial talvez seja a leitura tecnocrática (pela qual Lewis frequentemente é criticado) da industrialização como panaceia e da agricultura como obstáculo, ignorando a complexidade interdisciplinar atribuída por Lewis à acumulação de capital (Figueroa, 2004).

Além dessas contribuições originais, a literatura acadêmica sobre Lewis, não obstante extensa, tem sacrificado inclusive a identidade do autor. Não que sua extraordinária biografia (Tignor, 2020) não seja reconhecida – pelo contrário, ela é frequentemente citada com admiração: primeiro aluno

[2] Haja vista a discussão nas últimas décadas se o grande impulso da China, de país predominantemente agrário à potência global, deve-se a eles terem ultrapassado o "Lewis turning point" (Zhang et al., 2011; Knight & Ding, 2012; Cai, 2016).

negro da London School of Economics, primeiro Professor negro da University of Manchester (logo do Império Britânico), primeiro Professor negro da Princeton University (logo de qualquer Ivy League), e primeiro (e até agora único) Nobel negro de Economia[3] – enfim, um Pioneiro da Economia do Desenvolvimento[4] (o único negro). A questão é que, segundo nossa revisão sistemática de literatura, 48% dos 10% *Research Papers in Economics* (RePEc) de maior impacto sobre ele sequer mencionam raça ou qualquer relação étnico-racial[5]. Essa lacuna científica é incompatível com os fatos de que a trajetória intelectual e científica de Lewis foi definida pelo enfrentamento ao racismo e de que suas obras apresentam um pensamento econômico antirracista – notavelmente, sua primeira e última publicações, *Labour in the West Indies: The Birth of a Workers' Movement* (1939) e *Racial Conflict and Economic Development* (1985). Além disso, o estudo do desenvolvimento econômico (objeto compartilhado por todos esses artigos, livros e capítulos de livros sobre Lewis) não deveria prescindir da dimensão racial (Torres, 2023) (Almeida & Paulani, 2024).

Nosso propósito é verificar o potencial negligenciado do verdadeiro modelo de Lewis em analisar a relação entre racismo e dualismo estruturais, no subdesenvolvimento da América Latina e do Caribe. Para fazer isso, primeiro resgatamos o arcabouço de Economia Política do modelo original de 1954. Depois, para reinterpretá-lo sob a ótica racial, utilizamos *Labour in the West Indies: The Birth of a Workers' Movement* (Lewis, 1939), um estudo empírico de Lewis sobre o Caribe. Por fim, aplicamos essa reinterpretação à história econômica do Brasil, especificamente ao processo histórico de branqueamento da classe trabalhadora após a abolição da escravatura em 1888 (Jacino, 2008, 2014, 2019).

2. Economia Política Clássica em *Economic Development with Unlimited Supplies of Labour* (1954)

O artigo seminal da Economia do Desenvolvimento no qual Arthur Lewis formula seu modelo analítico se inicia com a frase "This essay is written in the classical tradition, making the classical assumption, and asking the classical question" (1954, p. 1), pois ele considerava tanto a teoria neoclássica quanto keynesiana inadequadas para compreender as economias subdesenvolvidas,

[3] Tal excelência, quando exaltada sob a lógica do individualismo metodológico, pode reforçar mitos conservadores como o da meritocracia e principalmente do excepcionalismo negro.

[4] A Economia do Desenvolvimento surgiu no pós-Segunda Guerra Mundial como resposta à contradição entre a prosperidade dos países centrais e o persistente subdesenvolvimento das nações periféricas. Seus principais fundadores — conhecidos como Pioneiros do Desenvolvimento — são Paul Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurkse, Gunnar Myrdal, Albert Hirschman, Hans Singer, Michal Kalecki, W. Arthur Lewis, Raul Prebisch e Celso Furtado (Cardoso, 2019).

[5] A busca por "Arthur Lewis" na maior base de dados bibliográficos em Economia, acessada via IDEAS.repec.org, retornou 225 resultados em 25 de setembro de 2025. Ordenados por relevância, os registros compõem uma amostra não probabilística, porém representativa.

devido à inadequação de suas premissas (por exemplo, oferta ilimitada de terra e capital) à essa realidade. Caberia aos estudiosos dela retornarem aos economistas clássicos para encontrar uma estrutura analítica compatível com os desafios concretos em questão[6]. Não à toa, seu principal interesse pelos autores clássicos não era pelo que eles tinham a dizer sobre o subdesenvolvimento do Caribe, América Latina, África ou Ásia, e sim em seus conceitos e construções teóricas, narrativas históricas e reflexões políticas (D'Onofrio & Serra, 2019).

Diferente do que é comumente assumido, o modelo proposto por Lewis em 1954 não tem como base fundamental a oferta ilimitada de mão de obra não-especializada, essa hipótese só é assumida em casos de superpopulação ("super" comparativamente aos recursos naturais), que contemplariam países como Jamaica, Índia e Egito, excluindo a América Latina e África de modo geral, continentes em que haveriam regiões inteiras com escassez de mão de obra masculina (Lewis, 1954). O próprio Brasil, tema da nossa quarta seção, é mencionado como subpovoado: "This argument must not be generalized to all under-developed countries; it applies to those which are over populated, like India, Egypt or Jamaica, and not to those which are under-populated like the Gold Coast or Brazil" (p. 351). O artigo, de fato, se concentra nesses casos (como indica o título)[7], mas de maneira nenhuma Lewis (1954) propõe que tal condição constitua uma hipótese universal ou generalizável para todo conjunto de países subdesenvolvidos[8].

Para resgatar a Economia Política clássica no modelo original de Lewis (1954), de modo a posteriormente reinterpreta-la sob uma ótica racial (Lewis, 1939), esta seção sintetiza duas das suas hipóteses políticas fundamentais[9] – apagadas (Figueroa, 2004) pelo o que aqui denominamos sua síntese neoclássica – através de três economistas clássicos referenciados por ele: Adam Smith, (2005[1776]), David Ricardo (2001 [1817]) e Karl Marx (2013[1867]).

2.1 Divisão trinitária do rendimento

[6] "The student of such economies has therefore to work right back to the classical economists before he finds an analytical framework into which he can relevantly fit his problems" (p.1), crítica focada a princípio nos casos de oferta ilimitada de mão de obra em relação ao capital e recursos naturais, mas em seguida estendida ao subdesenvolvimento como um todo.
[7] Para esses casos, o modelo propõe a transferência da mão de obra excedente e subempregada dos setores de subsistência de baixa produtividade para os setores capitalistas de alta produtividade, gerando um ciclo virtuoso de expansão do capital, investimento e emprego, até que o excedente de trabalhadores seja absorvido e os níveis de renda e bem-estar se elevem (Lewis, 1954).
[8] "We are not arguing, let it be repeated; that this assumption should be made for all areas of the world. It is obviously not true of the United Kingdom, or of North West Europe. It is not true either of some of the countries usually now lumped together as under-developed" (1954, p. 2).
[9] Para uma extensa reconstituição dos diversos fundamentos clássicos na teoria do desenvolvimento de Arthur Lewis, ver: (Boianovsky, 2019); D'Onofrio e Serra (2019). Nossa reconstituição aqui se concentra nos aspectos fundamentais que julgamos necessários à sua releitura racial.

De Smith a Marx, os clássicos se questionaram como a produção cresce ao longo do tempo, e formularam suas respostas a partir da acumulação de capital explicada em termos da distribuição funcional do excedente. Smith (1776) afirma, em "Of the Component Part of the Price of Commodities" (capítulo VI do Livro I de *Riqueza das Nações*), que o preço de qualquer mercadoria consiste em uma ou outra destas três partes, ou em todas as três, e que em cada uma delas constitui uma renda para uma pessoa diferente: salário, lucro e renda, que correspondem à remuneração do trabalho, capital e do proprietário fundiário, respectivamente. Para Ricardo (1817), a observação empírica dessas três classes sociais fundamentais é auto evidente, axiomática, e a própria Ciência Econômica se define pela investigação das leis que regulam a distribuição do produto social entre elas.

> The produce of the earth — all that is derived from its surface by the united application of labour, machinery, and capital, is divided among three classes of the community; namely, the proprietor of the land, the owner of the stock or capital necessary for its cultivation, and the labourers by whose industry it is cultivated [...] To determine the laws which regulate this distribution, is the principal problem in Political Economy (Ricardo, 2001, p. 5).

No Livro III do Capital (1894), em "The Trinity Formula" (capítulo 48 da Parte VII), Marx reconhece a existência teórico-metodológica disso que chama de divisão trinitária do rendimento enquanto conceito, porém critica a crença nela como uma fetichização das relações sociais de produção, isto é, uma falácia ideológica. Para ele, todos os rendimentos – inclusive o lucro e a renda fundiária – derivam do mais-valor produzido pelos trabalhadores, ou seja, do trabalho humano explorado. Assim, ao separar os rendimentos e naturalizá-los como criadores autônomos de valor, "[...] this economic trinity" constituiria "the complete mystification of the capitalist mode of production, the conversion of social relations into things, the direct coalescence of the material production relations with their historical and social determination" (Marx, 1996, p. 542).

Arthur Lewis (1954) utiliza a divisão trinitária ou tripartite do rendimento como premissa. Isso pode ser mais claramente observado quando ele afirma que os proprietários de terra tendem a consumir de forma improdutiva, em vez de investir, "and this is certainly true of landlords in underdeveloped countries" (p. 12); ou ao destacar o problema sociológico da formação de uma classe capitalista enquanto pessoas que pensem em termos de investimento produtivo, uma vez que "The dominant classes in backward economies - landlords, traders moneylenders, priests, soldiers, princes - do not normally think in these terms" (p. 12-13). A principal diferença em relação a Smith, Ricardo e Marx nesse sentido é que, enquanto eles tratavam do desenvolvimento do capitalismo (suas origens e limites) europeu, Lewis (1954) se concentra na coexistência interdependente entre desenvolvimento

e subdesenvolvimento, representada internacionalmente pelo que conhecemos como dinâmica centro e periferia, e nacionalmente, na periferia, por setores modernos e atrasados[10].

Isso porque o objetivo do artigo era, em suma, explicar como um setor capitalista inicial poderia acumular capital, transformar a economia e formar uma burguesia nacional ou estatal capaz de sustentar o desenvolvimento. Lewis (1954) via a modernização como a dinamização de estruturas econômicas desarticuladas, não como mera industrialização, de modo que o setor agrário também poderia impulsionar o crescimento, desde que se tornasse eficiente[11]. O equívoco de que ele oporia indústria e agricultura é infundado: sua crítica recaía sobre a baixa produtividade agrícola e seu custo social, e não sobre o campo em si. Para ele, agricultura e indústria eram interdependentes — o progresso de uma sustentava a outra —, e revoluções industrial e agrária tendiam a ocorrer em conjunto. Posteriormente, em *Reflections on Unlimited Labour, International Economics and Development,* (1972), ele mesmo revisita o modelo de 1954 para rejeita as interpretações dicotômicas entre indústria e agricultura:

> Os dois setores são o setor capitalista e o setor não capitalista [...] Outros autores, com outros objetivos, fizeram divisões diferentes. Uma divisão atualmente popular é entre indústria e agricultura, mas a produção capitalista não pode ser identificada com a manufatura [...] O modelo foi concebido para funcionar igualmente bem quer os capitalistas sejam agricultores, industriais ou qualquer outra coisa" (Lewis, 1972, p. 2).

Ao distorcer, de forma quase maniqueísta, a hipótese de dualismo econômico, a síntese neoclássica do modelo de Lewis (1954) – que chega a utilizar várias designações dicotômicas, como formal e informal, moderno e tradicional, e, principalmente, "industrial" e "agrícola" (Figueroa, 2004) – o suposto conflito econômico entre manufatura e agricultura (atividades que ele, como vimos, nunca antagonizou) acaba por eclipsar o conflito associado à divisão trinitária do rendimento, este sim central para Lewis (1954).

2.2 Luta de classes por excedente econômico

A conclusão de Arthur Lewis em 1954 – quer seja, de que a parcela de lucro dos capitalistas do excedente da economia for favorecida em detrimento não dos trabalhadores, mas dos proprietários

[10] "The capitalist sector is that part of the economy which uses reproducible capital, and pays capitalists for the use thereof. (This coincides with Smith's definition of the productive workers, who are those who work with capital and whose product can therefore be sold at a price above their wages) [...] The subsistence sector is by difference all that part of the economy which is not using reproducible capital." (Lewis, 1954, p. 5).

[11] Uma vez que para ele nos países subdesenvolvidos, 70% da população precisava produzir alimentos, enquanto nos desenvolvidos apenas 15% supria o dobro da nutrição (Lewis, 1955).

de terra[12], e se o custo da mão de obra puder ser mantido baixo, a acumulação de capital pode ser acelerada, aumentado a importância relativa do setor capitalista comparado com o de subsistência, rumo ao crescimento do produto per capita (Figueroa, 2004) – se sustenta diretamente na hipótese de Economia Política de divisão trinitária. Analisadas conjuntamente, porém, elas revelam uma terceira, subjacente: a de que existe um conflito de classe pelo excedente.

Materialmente, tanto Karl Marx (1867, 1894) quanto Arthur Lewis (1954) dedicam-se a analisar historicamente quem se apropria do excedente e como a estrutura social determina essa apropriação, e vice-versa. Ainda que Lewis não reconheça a luta de classes como motor da história, ele admite empiricamente sua existência e relevância, particularmente em dois momentos: quando discute os entraves sociais à poupança para o investimento produtivo, "Correspondingly, it is very hard to argue that these countries cannot afford to save more, when 40 per cent. or so of the national income is going to the top 10 per cent., and so much of rent incomes is squandered" (p. 12); e quando defende que o choque de interesses materiais faz com que a sociedade mude continuamente, e que isso ocorre "whether we accept the view of those materialists who see all history as a succession of class struggles, or whether we reflect merely how little change there would be in society if each person were satisfied with his share of the national income (1955, p. 71).

Para Lewis (1954), o conflito de interesses sociais entre as classes pode não estruturar a história humana, mas tem sido uma variável chave dela, e a luta entre elas pelo excedente por ser tanto um detrator quanto um motor do desenvolvimento. Entender o modelo enunciado em 1954 sob as categorias da Economia Política clássica, não neoclássica, nos permite propor que tal entendimento parta de uma hipótese focada no conflito distributivo do excedente econômico – um conflito de classe e, como veremos a seguir, de raça (Lewis, 1939).

3. Classe e raça em *The Birth of a Worker's Movement* (1939)

Labour in the West Indies: the birth of a worker's movement foi a primeira produção acadêmica de Lewis, finalizada em 1938, logo após a defesa da sua tese de PhD na London School of Economics em 1937. Apesar de bem menos referenciada que suas obras mais conhecidas, ela é indispensável para entender o caráter racial do seu pensamento econômico, logo estratégica para introduzir a perspectiva racial na interpretação do seu modelo (1954).

[12] "It is the inequality which goes with profits that favours capital formation, and not the inequality which goes with rents" (Lewis, 1934, p. 12)

A obra examina as causas dos levantes sociais dos últimos anos[13] e traça A construção do movimento trabalhista catalisados por eles, defendendo a tese de que os trabalhadores caribenhos, para serem exitosos, deveriam combinar reformas políticas e constitucionais drásticas com um planejamento econômico disruptivo, focado em redistribuição, levantando o que pode ser feito frente a esse desafio político. Lewis realiza uma descrição analítica dos indicadores sociais (salários, habitação, saúde, legislação social e educação) da classe trabalhadora caribenha, suas dificuldades de mobilização (em criar sindicatos de comércio, *trade unions* e organizações políticas), suas demandas (por maior liberdade política e condições de vida e trabalho) e o progresso delas, em várias colônias da Coroa britânica: Saint Christopher (hoje Saint Kitts and Nevis), Saint Vincent (hoje Saint Vincent and the Grenadines), Saint Lucia, Barbados, British Guiana, Trinidad (hoje Trinidad e Tobago) e Jamaica.

A obra foi escrita como ensaio para a Fabian Society[14], da qual Lewis era parte. No prefácio, Arthur Creech Jones[15] destaca o interesse fabiano na capacidade de mobilização dos trabalhadores caribenhos, atribuindo a crise ao colonialismo britânico e apoiando a organização da classe trabalhadora, ainda que vista como inexperiente. A Sociedade declara a intenção de acompanhá-la e auxiliá-la por meio de seu comitê das Índias Ocidentais. Nesse contexto, reconhecem Lewis como afro-caribenho e a relevância desse fato para a análise[16]. Essa identidade deriva de sua origem em Santa Lúcia, certamente, mas foi decisivamente moldada por sua formação intelectual e política como imigrante negro em Londres, período em que integrou uma rede de intelectuais afro-caribenhos e pan-africanistas, como Amy Garvey, C. L. R. James, George Padmore e Eric Williams (Tignor, 2020)[17].

A obra se inicia com uma descrição histórica e geográfica do Caribe desde a invasão de Colombo, passando pelos colonizadores da Europa e o uso do trabalho negro escravo como uma importante fonte de riqueza na produção de cacau, café, algodão, tabaco e sobretudo açúcar por dois séculos, até o esgotamento desse ciclo econômico, uma história de dominação e exploração que

[13] A agitação trabalhista nas Índias Ocidentais Britânicas (1934–1939) consistiu em greves e protestos nas colônias caribenhas, motivados por baixos salários, crise econômica e desigualdades coloniais durante a Grande Depressão. O movimento impulsionou o surgimento de sindicatos e demandas por maior autonomia política.

[14] Fundada em Londres em 1884, a Fabian Society teve papel central na criação do Partido Trabalhista (1906) e reuniu intelectuais de centro-esquerda como H.G. Wells, Virginia Woolf, Bertrand Russell e George Bernard Shaw. Inspirada em John Stuart Mill, defendia a atuação do Estado no bem-estar social e a transição gradual ao socialismo por meio de reformas, não revoluções.

[15] Dirigente sindical britânico e membro do Parlamento, apelidado de "membro não oficial dos kikuyu em Westminster" devido à sua atuação crítica em relação à política colonial, especialmente na África.

[16] "This pamphlet is written by a West Indian of African descent; he is a close student of Imperial, social and economic problems who has spoken and written much on these matters. His story here is of the rise and difficulties of the West Indian Workers' Movement [..] We see these things through the eyes of a man who is writing about his own people and who is identified with their struggle for a better and freer life" (p. 9)

[17] Apesar de diferenças — Lewis um socialista fabiano, os demais majoritariamente marxistas —, atuaram conjuntamente em causas anti-imperialistas, como a fundação do International Friends of Ethiopia (1935). Essa experiência é central para entender o papel da raça em seu pensamento econômico, que ele próprio vinculava ao anti-imperialismo: "My interest in [economic development] was an offshoot of my anti-imperialism" (Lewis, 1986, p. 12).

produziu uma estrutura socioeconômica heterogênea, repleta de contradições. À época, observavam-se territórios majoritariamente agrícolas (parcamente urbanizados e industrializados), com 50% da população diretamente engajada na agricultura, sendo a maioria trabalhadores agrícolas sem-terra, com os outros 50% ocupados nas cidades, principalmente em comércio, transportes, indústria leve e serviços domésticos (Lewis, 1939).

A população de cerca de 2,4 milhões era etnicamente diversa: a vasta maioria composta por negros de origem africana proveniente dos séculos de escravidão (pelo menos 80%, descendentes dos escravizados trazidos da África nos séculos XVII e XVIII, libertos em 1834); 12% de origem indígena (explorados na época da servidão por contrato, *indentured*); e 3% de brancos, descendentes de europeus desde os primórdios da colonização, fossem aristocratas a quem os monarcas europeus concederam terras, ou pessoas comuns das metrópoles, incluindo politicamente indesejáveis, como rebeldes e deportados; além de imigrantes, sobretudo indianos e chineses.

Apesar dos brancos serem uma minoria populacional, "[...] this tiny white element dominates every aspect of West Indian life. Economically and politically the white man is supreme" (1939, p. 11), pois eles monopolizam as maiores plantações, lojas e bancos, controlando direta e indiretamente toda a vida econômica das comunidades, além de serem eles os nomeados pelo representante da Sua Majestade, o Governador, para seus conselhos, assim como aos seus filhos reservados os melhores empregos no setor público. Constituem, portanto, uma verdadeira aristocracia, a qual comanda as ilhas da corte do Governador e dos seus próprios clubes, espaços aonde reproduzem e cultuam os padrões de consumo e vida europeus, e dos quais os não-brancos são excluídos. Enquanto isso, apesar de serem maioria, os afrodescendentes foram relegados à subalternidade, tendo parte da sua herança cultural (incluindo línguas e religiões) tirada deles ao passo em que lhes são impostas, pelos seus governantes brancos ingleses, as ideias e instituições europeias (Lewis, 1939).

Alguns negros, no entanto, conseguiram acender socialmente, o que incluía profissionais como advogados, médicos, professores do ensino médio, engenheiros e outros graduados universitários, somados a um pequeno número de novos proprietários de terra, adquiridas com ganhos pessoal ou herança (geralmente herdadas de algum familiar miscigenado, de ascendência escocesa ou francesa). Essa " [...] coloured 'Society', Negro, mulatto, East Indian, and Chinese [...] At the top of the coloured ladder, challenging the white aristocracy on every front" (p. 12), teria formado, sobretudo nos países mais urbanizados como a Jamaica, uma verdadeira classe burguesa, a qual – dada a ausência, identificada por Lewis (1939), de uma burguesia branca investida na acumulação de capital para o desenvolvimento – podemos classificar como uma classe burguesa não-branca em formação. Ainda que pequeno em termos temográficos, esse grupo desempenha papel central em sua análise, por duas razões, ambas diretamente associadas à enorme desigualdade social e racial.

Primeiro, por acumularem capital humano. Diferente dos brancos, que detinham para si as melhores terras e empresas agrícolas, estatais e privadas, os não-brancos não podiam se dar ao luxo de desperdiçar qualquer oportunidade educacional e econômica de investir em si mesmos e em suas comunidades. Ao desvalorizar o campesinato em defesa da concentração de terras, renda e poder nas elites, a administração Colonial britânica dos últimos cinquenta anos só havia agravado esse monopólio criado por ela. Como disse Lewis, "There are far more highly educated coloured men of university standing in any West Indian colony than there are white, since while the coloured people go so largely into the professions, the whites for the most part remain in agriculture and business" (1939, p. 13). Deveriam ser eles, portanto, a coordenar a superação do subdesenvolvimento da região, pois “This element of society includes those educationally most fitted to lead the West Indies (*ibidem*).

Segundo, por serem plenamente conscientes dos esforços dos brancos para preservarem seus privilégios. Independentemente da inexistência de leis de segregação racial e aparente convivência racial pacífica de modo geral (das escolas aos esportes), todos sabiam que não importava o quão melhor educado fossem, os melhores empregos na economia colonial, essencialmente agrária, estariam reservados pelos brancos para os brancos, experiência que Lewis viveu na pele[18]. Para eles, a percepção dessa injustiça evidenciava de forma irrefutável a existência de uma supremacia branca.

A supremacia branca, conclui Lewis (1939), é ao mesmo tempo o traço político definidor das elites econômicas caribenhas e o determinante mais importante da ação política dessa “proto-burguesia”, digamos, negra. Diante dela, membros dessa classe tenderiam a reagir ou tentando a todo custo serem assimilados pelas elites brancas, buscando relacionarem-se com eles (inclusive via casamento) ao invés das massas, contra as quais praticariam colorismo (por vezes reproduzindo mais preconceitos que os próprios brancos[19]), ou aliarem-se com as massas, formando sindicatos e partidos políticos na busca por conquistar uma dignidade social maior para as pessoas de cor. Os que se enquadram no segundo caso seriam, justamente, aqueles capazes de impulsionar os movimentos trabalhistas aos quais se dedica a obra (Lewis, 1939).

Em suma, em *Labour in The West Indies* (1939) é possível observar em funcionamento uma dinâmica compatível com a do modelo de Lewis original (1954), porém numa versão que evidencia as desigualdades raciais, ao ponto de elas poderem ser consideradas por nós como uma engrenagem

[18] Em Santa Lúcia, apesar de ter se formado como um prodígio, inclusive dois anos adiantado, o jovem Lewis soube que nunca realizaria sua aspiração a engenheiro, que era originalmente seu sonho, pois independente de sua instrução o governo colonial ou as plantações de cana jamais contratariam um negro como tal; por essa razão ele se aplicou para a bolsa de estudos do governo britânico que o levou à London School of Economics (Tignor, 2020).

[19] Esse comportamento, segundo Lewis (1939), apenas reforça o problema da dominação racial, "[...] a problem which can only be solved by destroying its root — the deliberate maintenance of white supremacy" (p. 13), o que nos remete à paráfrase do educador e filósofo brasileiro Paulo Freire, “o sonho do oprimido seja tornar-se o opressor”.

central sua. Quando *Economic Development with Unlimited Supplies of Labour* (1954) afirma que, por detrás do desafio de acumular capital quando cerca de 40% da renda nacional vai para os 10% mais ricos e grande parte da renda de aluguéis é desperdiçada, "also lies the sociological problem of the emergence of a capitalist class, that is to say of a group of men who think in terms of investing capital productively" (p. 12), podemos entender por "classe capitalista" a proto burguesia negra em formação, os "10% mais ricos" por elite agrária branca, e o "problema sociológico" a ser superado, pelo nascimento do movimento trabalhista, a supremacia branca.

Podemos, por fim, reinterpretar a conclusão do modelo de Lewis (1954) à luz do seu estudo empírico do subdesenvolvimento caribenho (1939). Para desenvolver-se, é preciso conquistar uma redistribuição funcional da renda por meio de uma série de reformas estruturais integradas: democrática, assegurando uma administração econômica que reflita os interesses da coletividade; agrária, dissolvendo o monopólio histórico sobre a terra; e principalmente social, combatendo as desigualdades de raça, classe e também gênero[20], as quais perpetuam a pobreza vivenciada pela maioria da população nesses territórios.

Nada disso se concretizou plenamente. Embora os sindicatos e partidos laboristas tenham conquistado governos em vários países (como Jamaica e Trinidad e Tobago nas décadas de 1950-70), o Caribe não passou por revoluções socialistas ou trabalhistas. As independências nacionais, muitas delas tardias[21], não foram acompanhadas de uma transformação estrutural equivalente: a região manteve altos níveis de desigualdade, dependência externa e vulnerabilidade econômica (Levitt, 2005). Apesar de conquistas recentes, o Caribe continua desigual e empobrecido economicamente, situação que tende a se agravar com as mudanças climáticas (UNDP, 2024).

4. Embranquecimento da classe trabalhadora brasileira

Por meio dessa reinterpretação racial da conclusão do modelo de Lewis (1954), discutiremos em que medida o racismo, enquanto traço político definidor das elites brasileiras, constituiu um entrave concreto à superação do seu subdesenvolvimento a partir da virada do século XIX, tal qual a supremacia branca das elites caribenhas poucas décadas depois (Lewis, 1939).

[20] Lewis (1955) condena o sexismo e afirma que o desenvolvimento econômico beneficia especialmente as mulheres, ao transferir as tarefas domésticas mais penosas para a força mecânica e para serviços modernos. Esse processo, segundo ele, as emancipa da reclusão do lar e da condição de servidão imposta pelo subdesenvolvimento, permitindo que expressem plenamente suas capacidades humanas. Por isso, argumenta que "for women to debate the desirability of economic growth is to debate whether women should have the chance to cease to be beasts of burden, and to join the human race" (p. 422).

[21] Santa Lúcia, terra-natal de Lewis, só conquistou sua independência efetivamente em 1979, mesmo ano em que ele, após uma vida de anticolonialismo, conquistou o Nobel.

Embora majoritariamente negro[22], o Brasil é um país estruturalmente racista. Hoje, a renda das pessoas negras é, em média, 87% inferior à das pessoas brancas, sendo a maior disparidade entre mulheres negras e homens brancos, com a renda domiciliar per capita das primeiras sendo metade da dos últimos (IPEA, 2024). Trabalhadores negros ganham, em média, 40% menos por hora trabalhada que brancos, e um jovem branco tem quase o dobro de chance de chegar à universidade em comparação a um negro (IBGE, 2024). Apesar de frequentemente referenciado como uma potência econômica emergente, fato é que ele permanece uma economia periférica dependente e uma sociedade profundamente desigual – o que faz dele uma lição, ainda longe de ser plenamente aprendida pela ciência econômica, de como esses dois fatos estão historicamente conectados, como dois lados da mesma moeda.

A análise de fatos frequentemente negligenciados pela história da formação econômica do Brasil na virada do século XIX revela que os problemas de desigualdade racial (Jacino, 2019) e subdesenvolvimento observados no Brasil contemporâneo têm as mesmas causas, sendo uma das principais o processo histórico denominado "branqueamento do trabalho" (Jacino, 2008).

Entre 1501 e 1866, o território brasileiro[23] recebeu aproximadamente 4,86 milhões de africanos sequestrados pelo tráfico transatlântico de escravizados, 46% do total das Américas (cerca de 10,7 milhões de pessoas)[24]. Em 13 de maio de 1888, após trezentos anos de rebeliões e insurreições, físicas e políticas, das senzalas e quilombos, a escravidão foi abolida por meio da Lei Áurea, fazendo dele o último país do mundo a fazer isso. No momento da sua assinatura, porém, apenas cerca de 5% da população negra ainda permanecia escravizada. Isso porque a extinção do trabalho escravo foi um processo longo, conflituoso e não-linear, que ocorreu no interior do próprio sistema escravista[25] ao longo de todo o século XIX. Durante ele, coexistiram progressivamente diversas formas de libertação — fugas, alforrias, leis, ações "caridosas" isoladas — que ampliaram progressivamente o número de negros livres, criando uma classe intermediária entre senhores escravos, ainda que em condições de vida muitas vezes igualmente precárias.

Os escravizados e ex-escravos carregavam consigo um valioso corpo de conhecimento técnico e tecnológico essencialmente afro-brasileiro (trazido da África e aperfeiçoado no Brasil durante a

[22] 56,1% da população brasileira se autodeclara negra, somando pretos (10,2%) e pardos (45,9%), o que faz dele o país mais negro fora da África (IBGE, 2023).
[23] Inicialmente, como colônia de Portugal (1500–1815), depois Reino Unido de Portugal (1815–1822) e, após a independência, Império do Brasil (1822–1889), o qual viria a fim pouco depois da abolição da escravatura com a Proclamação da República.
[24] Dados oficiais do *The Transatlantic Slave Trade Database*: https://www.slavevoyages.org/
[25] Sendo os principais fatores a resistência dos escravizados à escravidão por meio de fugas, rebeliões e outras formas de enfrentamento, os interesses capitalistas do Império Britânico por novos mercados consumidores para seus produtos (o que pressupunha trabalho livre), e o aumento do custo da escravidão, especialmente após a Lei Eusébio de Queirós de 1850, que proibiu o tráfico de escravos, encarecendo a mão de obra cativa.

escravidão) em diversos setores, como metalurgia, tinturaria, agroindústria da cana-de-açúcar, tecnologia de solo para mineração, arquitetura e construção civil. Esses conhecimentos, que haviam sido empregados em todos os ciclos econômicos nacionais até então[26], foram determinantes para o rápido enriquecimento e urbanização da cidade de São Paulo (Jacino, 2018), o que permitiria que a industrialização transformasse a região no centro dinâmico da economia[27] (Furtado, 2020).

Apesar disso, e da crescente demanda por mão de obra por parte da indústria nascente, os homens e mulheres negros livres foram ativamente excluídos do mercado de trabalho e sistema educacional formais por leis explicitamente racistas, o que não apenas institucionalizou a marginalização socioeconômica dessa população e seus descendentes (Jacino, 2008) como também sacrificou o potencial dos negros qualificados de socializar seu conhecimento e contribuir com ele para a modernização da economia. Esse processo de branqueamento do trabalho foi parte fundamental de um projeto nacional das elites brancas para modernizar o país pela higienização racial das estruturas sociais (Jacino, 2008), ao invés, como sugere Lewis (1939 e 1954), da transformação de suas estruturas produtivas e distributivas.

Além disso, segundo a pesquisa bibliográfica e documental de Jacino (2014) já nos últimos anos da escravidão, havia em São Paulo uma quantidade expressiva de negros livres atuando em diversas ocupações, semelhantes às dos cativos, sim, mas também às de brancos pobres. Munidos do conhecimento mencionado anteriormente, esses trabalhadores conquistaram certa ascensão social e integração à sociedade paulistana, ainda que de forma limitada e constantemente ameaçada pelas ações da elite cafeeira, influenciada por ideologias racistas produzidas nas academias e centros científicos do período. Documentos históricos, como testamentos do século XIX, revelam que parte desses negros livres chegou a possuir bens e deixar heranças, indicando algum grau de estabilidade econômica e inserção social, à despeito da marginalização social.

Uma vez articulados esses fatos, podemos correlacionar a persistência do dualismo e racismo no Brasil em dois sentidos, conforme as hipóteses de Economia Política de Lewis em 1954.

[26] Ciclo do Pau-Brasil (século XVI), baseado também em um sistema de servidão de povos indígenas para extração de tinta vermelha dessa madeira nativa, hoje ameaçada de extinção; Ciclo da Cana-de-Açúcar (séculos XVI–XVIII), que consolidou a estrutura latifundiária, escravista e exportadora do Brasil colonial; Ciclo do Ouro e Diamantes (século XVIII), quando a mineração acelerou a urbanização; Ciclo do Gado (séculos XVII–XIX), que formou uma economia de subsistência e novas frentes de povoamento; Ciclo do Café (séculos XIX–XX), que gerou grande riqueza, infraestrutura (ferroviária e portuária) e o fortalecimento da elite cafeeira — base política do Império e da Primeira República (Furtado, 2020).

[27] A partir da Primeira Guerra Mundial, graças à substituição de importações por produção interna, o centro dinâmico da indústria deslocou-se para São Paulo (cidade e estado homônimos), onde as primeiras manufaturas têxteis remontam o início do século. Em 1920, o estado já reunia 29,1 % dos operários industriais; em 1940, 34,9 %; e em 1950, 38,6 %. Entre 1948 e 1955, a fatia paulista no produto industrial cresceu de 39,6 % para 45 % (Furtado, 2020).

4.1 Dualismo racializado

No Brasil, a divisão da sociedade em classes reflete diretamente a hierarquização racial imposta pelo colonialismo e perpetuada pelo capitalismo: a miscigenação predomina apenas no proletariado, rural e urbano, enquanto a branquitude reina absoluta entre os grandes proprietários de terra e capitalistas que formam a elite econômica. Em outras palavras, raça foi instituída e institucionalizada como um dos principais, se não o principal, estruturantes de classe. Dentre os diversos momentos que determinaram essa trajetória histórica, destacam-se aqueles que apresentaram oportunidades reais, suprimidas, para sua inflexão. Uma dessas oportunidades foi a transição do trabalho escravo para o livre, momento em que o recém-criado Estado brasileiro, comandado pelas suas elites, perseguiu ativamente o embranquecimento genético e cultural da nação (com base nas teorias do racismo científico[28]), sacrificando assim todo e qualquer potencial estratégico da inclusão do negro para a construção de uma nação moderna e desenvolvida. A exclusão dos negros da classe trabalhadora, inclusive nas ocupações tradicionalmente exercidas por eles, se deu (para além é claro pelo preconceito racial dos empregadores) através da promulgação, por esse Estado, de leis racistas e políticas imigrantistas (Jacino, 2008).

Dentre o conjunto de leis que proibiram o acesso dessa população ao mercado de trabalho assalariado e ao sistema educacional, destacamos O Código (municipal) de Posturas de São Paulo de 1886, que proibiu que negros escravizados e libertos (ainda que indiretamente) exercessem diversas ocupações urbanas, como cocheiros, vendedores de água, caixeiros e administradores de casas de negócios, além de restringir a profissão de criada a pessoas “de condição livre”. As leis também criaram impedimentos para que exercessem atividades tipicamente negras, como as de curandeiros, barbeiros e parteiras, e limitou a agricultura e a criação de animais nas áreas urbanas, expulsando famílias negras do centro da cidade (Jacino, 2014).

Dentre o conjunto de políticas que incentivaram a importação de imigrantes exclusivamente europeus com o objetivo não de adquirir capital humano ou oferecer ajuda humanitária, e sim apropriar-se dos genes que traziam consigo – o chamado “Imigrantismo” – destacamos o Decreto (nacional) n. 528 de 28 de junho de 1890. O texto original instaurava que:

> Art. 1º E' inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas

[28] No final do século XIX e início do XX, uma pluralidade de pseudociências, como a frenologia, o darwinismo social e a eugenia, amplamente adotadas pelas Ciências, incluindo a Econômica, utilizaram o racismo — estrutura ou instituição criada pela acumulação primitiva de capital do colonialismo europeu na gênese do modo de produção capitalista — para legitimar cientificamente a dominação política e a exploração econômica de países e pessoas racialmente inferiorizadas pelo centro do capitalismo e seus capatazes na periferia desse sistema.

É importante salientar que a crítica ao Imigrantismo não se destina aos imigrantes, não devendo ser interpretada como xenofobia, mas as elites brasileiras, essas sim xenofóbicas, que passaram a externalizar seu preconceito contra diversas etnias europeias tão logo esses imigrantes começaram a se organizar politicamente como trabalhadores no Brasil, em grande medida por terem trazido consigo da Europa as ideias comunistas (Jacino, 2008). O modelo de industrialização subsequente seguiu insistindo na dependência cultural eurocêntrica das elites (sobretudo nos padrões de consumo), provocando concentração improdutiva de renda em detrimento de oportunidades estratégicas de crescimento socialmente inclusivo (Furtado, 2020). O Estado poderia ter reconhecido a cidadania dos descendentes de escravizados como fez com os imigrantes, o que teria promovido a unidade de todos enquanto classe trabalhadora, assim como a socialização do seu conhecimento produtivo e criatividade política, fatores que somados contribuiriam enormemente para a expansão da demanda agregada, do setor capitalista, da acumulação moderna de capital e, portanto, para o desenvolvimento (Lewis, 1954); ao invés disso, esse Estado e suas elites optaram por relegar os afrobrasileiros a deserdados da República, como desempregados, trabalhadores temporários, crianças e idosos abandonados e moradores de rua (Maringoni, 2011), contribuindo para a divisão racial, social e econômica do país em construção.

O Brasil persiste até hoje marcado pelo dualismo econômico, ainda que sob novas formas de desarticulação produtiva, evidenciadas quando comparamos as indústrias modernizadas (de energia, petroquímica, metalurgia e siderurgia, construção civil, automobilística, etc) com o setor de serviços (de baixo encadeamento produtivo e baixíssima remuneração, pagando salários próximos ao nível de subsistência), sintomas de uma sociedade subdesenvolvida marcada pela desindustrialização e terciarização precoces[29]. É no campo, porém, que a divisão entre a elite agroexportadora e a agricultura familiar de origem campesina, indígena e quilombola, evidencia empiricamente o caráter racial do dualismo brasileiro, resultado da concentração de terras, cooptação dos ganhos do progresso técnico e ausência de reforma agrária, como discutiremos adiante.

A indústria agroexportadora brasileira é referência mundial por sua especialização tecnológica e rentabilidade, mas igualmente pela degradação ambiental e concentração de renda provocadas por ela: com um valor aproximado de R$ 2,72 trilhões, o agronegócio foi responsável por cerca de 23,2 % do PIB brasileiro (CNA & Cepea, 2025) assim como por 27% das emissões nacionais de gases de

[29] Entre 1986 e 2018, a participação dos ocupados no setor de serviços aumentou 40,6%, enquanto os empregos nos setores primário e secundário diminuíram 36,8% e 26,5%, respectivamente. Esse deslocamento provocou um achatamento na distribuição dos rendimentos, já que o avanço do setor terciário — de menor produtividade e capacidade tecnológica — substituiu parte dos postos industriais mais qualificados, reduzindo o potencial de geração de riqueza e desenvolvimento econômico (Pochmann, 2019).

efeito estufa (U.S. Department of Agriculture, 2024) em 2024; durante a recente valorização dos preços internacionais das commodities entre 2017 e 2022, a renda proveniente de atividades rurais dos 0,01% mais ricos do país aumentou em 248% (FGV-IBRE, 2024).

Esse cenário se deve ao fato de o Brasil ter sido um dos únicos países da América Latina a nunca ter realizado uma reforma agrária expropriatória[30], o que preservou a concentração de terras nas mãos de grandes latifundiários originada no período colonial, quando a Coroa portuguesa distribuiu vastas extensões de terras (chamadas "sesmarias") a homens brancos europeus, excluindo negros escravizados, indígenas, mestiços e seus descendentes do direito à propriedade. Posteriormente, a modernização da cadeia de produção agropecuária brasileira nas primeiras décadas do século XX – quer seja, mecanização e inovação técnica da qual os negros foram privados, mas que não seriam possíveis sem a infraestrutura e acumulação de capital da cafeicultura no estado de São Paulo, construídos por eles – apenas aprofundou essas desigualdades.

Tamanha escala de produção de alimentos, em níveis talvez impensáveis por Arthur Lewis (1954) para uma ex-colônia periférica, poderia ao menos ter se revertido em salários e alimentação justos para a classe dos trabalhadores, mas não foi isso que aconteceu[31]. Atualmente grande parte da oferta interna de alimentos para 213,4 milhões de habitantes é assegurada não graças ao setor capitalista agropecuário, mas pela estrutura descendente do que já foi o setor de subsistência rural e de baixa produtividade (Lewis, 1954), e que sobreviveu ao avanço predatório do agronegócio: a agricultura familiar. Segundo a Lei federal nº 11.326/2006, agricultores familiares são aqueles que exercem atividades no meio rural em pequenas propriedades auto-gerenciadas, utilizando mão de obra predominantemente da própria família; além de famílias campesinas, essa definição contempla silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas e quilombolas[32]. Juntos, eles constituem 3,9 milhões de estabelecimentos rurais familiares, que ocupam cerca de 23% das terras agricultáveis e garantem cerca de 10,1 milhões de empregos, impactando dinamicamente cerca de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes, e representando, assim, cerca de 23% do valor bruto da produção agropecuária nacional (CONTAG, 2024).

[30] No Brasil e na Argentina, tais reformas nunca ocorreram; no Paraguai, Guatemala, Venezuela, Chile, Peru, Colômbia e Nicaragua elas foram efetivas, mas depois desfeitas; elas foram efetivas e duradouras apenas no México, Bolívia e Cuba (Vasconcelos, 2020).

[31] O Brasil só saiu do mapa da insegurança alimentar em 2014 (FAO, 2025), após avanços nas políticas de combate à pobreza e segurança alimentar, mas voltou a figurar nele entre 2019-2022, com mais de 4,1% da população em situação de subalimentação, graças à desmontagem de programas sociais, durante uma crise econômica, sob um governo institucional e publicamente associado à hegemonia política e econômica do agronegócio

[32] Quilombolas são descendentes de pessoas negras escravizadas que formaram comunidades autônomas conhecidas como quilombos, preservando práticas culturais, modos de vida e formas coletivas de organização ligadas à resistência e à ancestralidade africana no Brasil.

Em suma, o excedente proveniente do crescimento do setor capitalista rural do Brasil tem sido historicamente apropriado por uma elite branca de proprietários de terras que se beneficiam da condição de dependência econômica do país, enquanto exportador de bens primários para o centro[33], para preservar seu poder político, e vice-versa, em detrimento da diversificação da matriz produtiva e reinserção externa. Enquanto isso, a agricultura familiar brasileira tornou-se em 2024 a oitava maior entidade produtora de alimentos do mundo, feito conquistado sem priorizar a produção a todo custo (humano e ambiental), permanecendo fiel aos seus princípios de inclusão social de trabalhadores sem-terra, igualdade de gênero, e agroecologia (com rotação de culturas, manejo sustentável da água e preservação da biodiversidade, princípios herdados dos indígenas e quilombolas) (CONTAG, 2024). Contemporaneamente, dado que a dependência econômica ao centro não foi suficientemente enfrentada quando foi possível, a reprimarização da economia brasileira, junto às periféricas, beneficia as elites agrárias ao mesmo tempo em que desindustrializa as cadeias produtivas manufatureiras remanescentes.

4.3 Divisão racial do potencial revolucionário

Para entender a maneira como a divisão do Brasil em classes (grandes proprietários de terras, capitalistas e trabalhadores) e da sua economia em setores (capitalista, cada vez mais reprimarizado, e de subsistência, dominado pelos serviços de baixo encadeamento e remuneração) refletiu e reforçou as divisões raciais, basta reconhecer como, em momentos históricos decisivos seu desenvolvimento econômico foi prejudicado por um favorecimento dos proprietários de terra em detrimento dos trabalhadores (e até mesmo da proto burguesia paulista negra). Essa decisão deliberada estagnou os níveis de vida da maioria e concentrou capital improdutivamente na minoria, contrariando diametralmente a dinâmica postulada por Arthur Lewis (1939, 1954), e aplicadas com sucesso em casos como o chinês[34]. Resta, por fim, entender como a capacidade dos afro-brasileiros (tardiamente e marginalmente inseridos na classe trabalhadora) em disputar o excedente foi sabotada, não somente pelas elites, mas pelo próprio proletariado.

O marxismo negro ajuda a explicar essa particularidade por meio do conceito de salário psicológico. Formulado por W.E.B. Du Bois (1868-1963), um dos fundadores do pan-africanismo, ele representa o capital simbólico conferido ao proletariado branco pelo racismo, fazendo com que se sintam privilegiados mesmo vivendo em condições análogas de vida aos negros, cumprindo, assim,

[33] Conforme a deterioração dos termos de troca verificados pela Tese Singer-Prebisch, combinada à difusão desigual dos ganhos do progresso técnico que configura a Dinâmica Centro-Periferia.
[34] Diga-se de passagem, sob condições absolutamente mais restritas em território e recursos naturais (Cai, 2016; Knight & Ding, 2012; Zhang et al., 2011).

a função ideológica de desarticular o potencial de mobilização coletiva da classe trabalhadora, ao mantê-la racialmente dividida. Em outras palavras, essa divisão impede que a maioria explorada se unifique contra a minoria dominante, detentora dos meios de produção, a qual, por sua vez, apropria-se da mais-valia gerada tanto pela força de trabalho racializada — submetida a formas mais intensas de opressão e exploração — quanto pela força de trabalho branca, já que a disparidade salarial entre elas rebaixa os salários de toda a classe (Taylor, 2018)[35]. O racismo implica, por meio do salário psicológico, em salários de subsistência (Lewis, 1954) estagnados, aquém dos ganhos de produtividade via modernização, e consequentemente em uma mais-valia que não se reverte em acumulação de capital para reinvestimento pelos empresários no setor capitalista, sendo ao invés disso cooptada por grupos sociais extrativistas, altamente concentradores de riqueza.

Seu principal efeito detrator do subdesenvolvimento, porém, é a supressão do potencial revolucionário dos trabalhadores como um todo, incluindo das classes intermediárias emergentes, como a afro-caribenha (Lewis, 1939) e afro-brasileira (Jacino, 2014). Aqueles poucos que conquistaram alguma ascensão social no início dos seus respectivos processos de urbanização e modernização pós-abolição enfrentaram o dilema entre buscar assimilação às elites brancas, adotando práticas de colorismo e distinção social, ou aliar-se às massas trabalhadoras, combinando capital humano e financeiro em busca de uma igualdade dinamizadora do crescimento econômico. Independentemente do lado (individualista ou coletivista) escolhido por cada um de seus membros, a simples existência desse dilema existencial, uma espécie de disjuntiva periférica[36], comprova o efeito desarticulador da divisão racial da classe trabalhadora sobre aqueles que seriam os agentes da mudança envisionada por Arthur Lewis (1939, 1954).

5. Considerações finais

No Brasil, o racismo assegura a assimetria de poder nos centros produtivos e de decisão, alienando a divisão do produto nacional de uma alocação socialmente justa e economicamente ótima. Isso porque, desde a colonização, a elite branca alinhou seus interesses políticos aos dos países centrais (com os quais se identifica racialmente), em detrimento dos nacionais (que representariam o dos indígenas, negros e mestiços que sempre exploraram), como soberania e independência. A

[35] Taylor (2011) oferece duas explicações para esses comportamentos: a competição sob escassez artificial criada pelo capitalismo — que leva os brancos a aceitar privilégios simbólicos e estereótipos racistas para justificar o acesso desigual a bens e oportunidades — e a ideologia dominante, que, como já afirmava Karl Marx, é sempre a da classe dominante (racista), mesmo quando contradiz a experiência concreta de convívio e trabalho com pessoas negras.

[36] Conceito de Eduardo Devés Valdés (2008) que se refere à "disjuntiva 'ser como o centro' versus 'ser como nós mesmos'". Ver *El pensamiento latinoamericano en el siglo XX: Entre la modernidad y la identidad (1900-1980)*. Buenos Aires: CLACSO.

história recente brasileira, como a caribenha, é um caso empírico de como o desenvolvimento econômico de fato exige, além de reformas (como a política e agrária), uma revolução de estruturas sociais centenárias. O desafio de desenvolver-se é um desafio antirracista.

Arthur Lewis, enquanto Pioneiro do Desenvolvimento afro-caribenho e anti-imperialista, é um autor essencial para reconhecer a relação intrínseca entre racismo subdesenvolvimento na América Latina e Caribe, e provavelmente nas demais periferias do capitalismo. Uma das formas de fazer isso é reivindicar a Economia Política do seu modelo original de 1954, restituindo a perspectiva de classe a adicionando a racial de 1939; futuros estudos podem fazer o mesmo com a de 1985.

O extenso trabalho de resgatar a importância da raça no seu pensamento econômico (Figueroa, 2018) evidencia como sua síntese neoclássica conseguiu, ao inviabilizar a leitura racial de suas teorias, embranquecer epistemologicamente autor e obra. Até que a História do Pensamento Econômico se comprometa efetivamente com a descolonização da Economia, lacunas como essa permanecerão limitando e distorcendo a compreensão da pobreza e desigualdade nas ex-colônias do Atlântico Negro, nas quais raça é um determinante de classe.

Referências

Almeida, S. L. de, & Paulani, L. M. (2024). The Eloquent Silence: why are development theories silent about racism? *Brazilian Journal of Political Economy*, *45*(1). https://doi.org/10.1590/0101-31572025-3686

Boianovsky, M. (2019). Arthur Lewis and the Classical Foundations of Development Economics. *Research in the History of Economic Thought and Methodology*, *37*.

Cai, F. (2016). Demographic transition, demographic dividend, and Lewis turning point in China. In *Debating the Lewis turning point in China* (pp. 17–29). Routledge.

Cardoso, F. G. (2019). *Nove Clássicos do Desenvolvimento Econômico* (Paco Editorial, Ed.).

CNA, & Cepea. (2025). *Sumário executivo: PIB do agronegócio – 4º trimestre de 2024*.

CONTAG. (2024). *Anuário estatístico da agricultura familiar – 2024*.

D'Onofrio, F., & Serra, G. (2019). *Arthur Lewis and the Classical Foundations of "Development": Economic History and Institutional Change* (pp. 157–164). https://doi.org/10.1108/S0743-41542019000037A012

FAO. (2025). *The State of Food Security and Nutrition in the World 2025*.

FGV-IBRE. (2024). *Concentração de renda no topo: novas revelações pelos dados do IRPF*.

Figueroa, M. (2004). W. Arthur Lewis versus the Lewis model: Agricultural or industrial development? *Manchester School*, *72*(6), 736–750.

Figueroa, M. (2018). W. Arthur Lewis: Mild Afro-Saxon or Militant Antiracist? Lessons from His Struggles and Disparagement by Other Black Power Advocates. In C. Hutton, M. Thame, & J. McCalpin (Eds.), *Rupert Lewis and the Black Intellectual Tradition* (pp. 250–279). Ian Randle Publishers.

Furtado, C. (2020). *Formação econômica do Brasil [1959]*. Companhia das Letras.

Gollin, D. (2014). The Lewis model: A 60-year retrospective. *Journal of Economic Perspectives*, *28*(3), 71–88.

IBGE. (2023). *Censo demográfico 2022: Características gerais da população e dos domicílios – resultados do universo*.

IBGE. (2024). *Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira*.

IPEA. (2024). *Renda, pobreza e desigualdade: Apresentação*.

Jacino, R. (2008). *O Branqueamento do Trabalho*. Nefertiti.

Jacino, R. (2014). *Transição e exclusão: O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós-abolição – 1912/1920* [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo.

Jacino, R. (2018). Tebas e o Legado Africano na Produção da Riqueza e na Urbanização. In *Tebas: Um Negro Arquiteto na São Paulo Escravocrata* (pp. 95–121). IDEA.

Jacino, R. (2019). *Desigualdade Racial no Brasil: Causas e Consequências*. Ìmó.

Kirkpatrick, C., & Barrientos, A. (2004). The Lewis Model After 50 Years. *The Manchester School*, *72*(6), 679–690. https://doi.org/10.1111/j.1467-9957.2004.00429.x

Knight, J. B. ., & Ding, Sai. (2012). *China's remarkable economic growth*. Oxford University Press.

Kofi, T. (1980). Arthur Lewis and West African economic development. *Social and Economic Studies*, *29*(4), 202–227.

Levitt, K. (2005). *Reclaiming Development: Independent Thought and Caribbean Community*. Ian Randle Publishers.

Lewis, W. A. (1939). *Labour in the West Indies: The Birth of a Workers' Movement*. Fabian Society.

Lewis, W. A. (1972). Reflections on unlimited labor. In *International Economics and Development* (pp. 75–96). Academic Press.

Lewis, W. A. (1986). W. Arthur Lewis. In W. Breit & R. Spencer (Eds.), *Lives of the Laureates: Seven Nobel Economists* (pp. 1–19). MIT Press.

Lewis, W. Arthur. (1955). *The Theory of Economic Growth*. Allen & Unwin.

Lewis, W. Arthur. (1985). *Racial Conflict and Economic Development*. Harvard University Press.

Maringoni, G. (2011). O destino dos negros após a abolição. *Desafios Do Desenvolvimento*, *8*(70).

Marx, K. (1996). *Capital: A Critique of Political Economy. Vol. III: The Process of Capitalist Production as a Whole: Vol. III* (F. Engels, Ed.). International Publishers.

Marx, K. (2013). *O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. Boitempo Editorial.

Pochmann, M. (2019). Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, (25), 89–99.

Ranis, G., & Fei, J. (1961). A theory of economic development. *The American Economic Review*, *51*(4), 533–565.

Ricardo, D. (2001). *On the Principles of Political Economy and Taxation* (3rd edition). Batoche Books.

Smith, A. (2005). *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (J. Manis, Ed.). Pennsylvania State University.

Taylor, K.-Y. (2018). Raça, classe e marxismo. *Revista Outubro*, (31), 177–196.

Tignor, R. L. (2020). *W. Arthur Lewis and the Birth of Development Economics*. Princeton University Press. https://doi.org/https://doi.org/10.1515/9780691204246

Torres, A. de J. (2023). *Arthur Lewis's Racial Perspective on Development in "The Theory of Economic Growth" (1955) and "Racial Conflict and Economic Development" (1985* [Master's thesis]. Federal University of ABC (UFABC).

UNDP. (2024). *Human Development Report 2023/24: Breaking the Gridlock – Reimagining Cooperation in a Polarised World*.

U.S. Department of Agriculture. (2024). *Sustainable agriculture programs in Brazil: Past, present, and future (Report No. BR2024-0006)*.

Vasconcelos, J. (2020). *O lápis é mais pesado que a enxada: Reforma agrária no Chile e pedagogias camponesas para transformação econômica (1955–1973)* [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo.

Zhang, X., Yang, J., & Wang, S. (2011). China has reached the Lewis turning point. *China Economic Review*, *22*(4), 542–554.